



**III CONGRESSO IBERO-AMERICANO  
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA  
BELÉM – PARÁ – BRASIL  
04 a 07 de novembro de 2015  
ISSN 978-85-89097-68-0**

**“COMO ENSINAR MATEMÁTICA NO CURSO GINASIAL”:  
um manual da CADES e suas propostas  
para a formação de professores de Matemática**

**Marcos Henrique Silva Lopes<sup>437</sup>  
Luzia Aparecida de Souza<sup>438</sup>**

**RESUMO**

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado que teve como objetivo analisar a obra “Como ensinar Matemática no Curso Ginásial: manual para orientação do candidato a professor de curso ginásial no interior do país”, idealizada e produzida pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário - CADES, que vigorou no Brasil com atuação em diversas regiões, em especial, no sul do estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto, foi mobilizado o referencial teórico-metodológico da Hermenêutica de Profundidade - HP, desenvolvido por John. B. Thompson. Este Manual apresenta preocupação em enfatizar o conhecimento do professor atuante no Ensino Secundário no que se refere ao desenvolvimento psicológico, à aprendizagem e à formação da personalidade do adolescente. Além disso, discute abordagens didático-pedagógicas em seus diversos aspectos, assim como propõe sugestões de desenvolvimento de alguns conteúdos matemáticos em sala de aula. Esta pesquisa contribui para a constituição do campo de pesquisa da História da Educação Matemática, e mais especificamente, para a formação de professores de Matemática, ao longo do tempo, no Brasil.

**Palavras-chave:** Ensino Secundário. Historiografia. Educação Matemática. Hermenêutica de Profundidade - HP.

<sup>437</sup> Docente da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Campus Campo Grande. E-mail: marcos.lopes@ufms.br

<sup>438</sup> Docente da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Campus Campo Grande. E-mail: luzia.souza@ufms.br

## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa (LOPES, 2015) que buscou fomentar e contribuir com os estudos e discussões acerca da formação de professores de Matemática no Brasil, mais especificamente, na região sul do estado de Mato Grosso Uno<sup>439</sup>. Esta pesquisa integra os estudos, esforços e ações do Grupo “História da Educação Matemática em Pesquisa”<sup>440</sup> - HEMEP. Esse Grupo possui um projeto de pesquisa que busca investigar práticas de atuação e formação de professores que ensinam e/ou ensinaram Matemática na região sul do estado de Mato Grosso Uno e, após o desmembramento desse estado, em Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, o estudo por nós desenvolvido teve cunho historiográfico, permitindo-o ser inserido no campo da História da Educação Matemática, com vistas a contribuir para a continuidade da construção desse campo de pesquisa, que, entre outros, busca discutir os processos de constituição da formação de professores de Matemática no Brasil, ao longo do tempo.

Assim sendo, nos colocamos a analisar a obra “Como ensinar Matemática no Curso Ginásial: manual para orientação do candidato a professor de curso ginásial no interior do país” (SIQUEIRA *et al*, s/d), destinada à formação de professores que já lecionavam, ou iriam lecionar Matemática no Ensino Secundário.

Esse Manual foi idealizado e produzido pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário - CADES, criada pelo Governo Federal, em 1953. Segundo Baraldi e Gaertner (2013, p. 17), essa Campanha visava “[...] suprir a defasagem quanto à formação acadêmica dos professores” que atuavam no Ensino Secundário. Ao longo de quase duas décadas - a partir da década de 1950 até o início da década 1970 - a CADES foi, praticamente, a principal responsável em propiciar alguma formação aos professores do Ensino Secundário no país, e em especial, na região sul do estado de Mato Grosso Uno.

Uma vez que a produção do referido Manual foi idealizada pela CADES, a análise do mesmo teve como objetivo buscar compreensões acerca das propostas para a formação de professores de Matemática, contidas neste. Para desenvolvermos esse exercício analítico, pautado em uma perspectiva historiográfica, foi mobilizado o Referencial teórico-

---

<sup>439</sup> A expressão “Uno” é utilizada, nesse texto, para fazer referência ao estado de Mato Grosso antes do desmembramento, ocorrido em 1977, do atual estado de Mato Grosso do Sul, instalado em 1979.

<sup>440</sup> Criado no ano de 2011, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico - CNPq e certificado pela UFMS. *Site*: [www.hemep.org](http://www.hemep.org).

metodológico da Hermenêutica de Profundidade - HP, desenvolvido por Thompson (1995), sobre o qual abordaremos, a seguir.

## **PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA**

Segundo o historiador Durval Muniz Albuquerque Junior, o passado é caracterizado como uma invenção constituída no presente, subsidiada por signos deixados pelo mesmo (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007). Acerca dessa invenção/criação de um passado, esse autor considera que “Os documentos históricos são tomados como pistas através das quais se tenta rastrear o momento desta invenção [...]” (ibid, p. 24). Sendo assim, qualquer registro, independentemente de sua natureza, que seja relacionado à temática de investigação constitui um potencial elemento de contribuição à mesma.

Vale ressaltar que, conforme esse autor afirma “Qualquer evento histórico [...] é fruto do entrelaçamento de tantos outros eventos de natureza diferenciada, que sempre visualizamos apenas parcialmente e pomos em evidência apenas alguns destes elementos que o constituem.” (ibid, p. 29). Considerando-se que em qualquer investigação, só é possível obter visões parciais acerca do que é pesquisado, Garnica e Souza (2012) afirmam que, efetivamente, há “versões históricas” que

[...] devem ser construídas legitimamente, plausivelmente, ainda que não haja convergência entre as versões. [...] [As diversas versões históricas] podem reforçar ou contradizer outras versões, e todas são versões legítimas se constituídas de modo fundamentado, plausível, argumentado. Assim, defendemos que o que rege a elaboração de versões historiográficas não é a veracidade, mas a plausibilidade. (GARNICA; SOUZA, 2012, p. 21-22).

Acreditamos que cada versão histórica é singular, única, pois a subjetividade produzida cotidianamente em cada pessoa condiciona seu olhar/sua versão sobre qualquer evento. Acerca disso, Albuquerque Junior (2007, p. 72) afirma que “[...] as histórias são escritas do ponto de vista dos homens, mergulhados em seu cotidiano”. Assim sendo, esse autor ainda adverte que

Cabe ao historiador, profissional do presente e não do passado, como dizia Bloch, construir em suas narrativas a mediação entre os tempos e diferenciar [...] o que é atual, o que é próprio do nosso tempo, do que é

apenas contemporâneo, o que está do nosso lado, mas vem de outros tempos [...]. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 33).

Diante disso, consideramos que durante o exercício de construção de uma versão historiográfica plausível, a atuação do pesquisador é fundamental na articulação dos indícios deixados pelo passado, uma vez que estes não trazem consigo respostas definidas previamente, mas são passíveis de serem interrogados e atribuídos significados pelo pesquisador, tendo como fundamento questões que são propostas no presente.

Com a perspectiva de desenvolver um exercício analítico acerca do referido Manual, e, em consonância com suas concepções, adotamos o Referencial teórico-metodológico da Hermenêutica de Profundidade - HP, desenvolvido por Thompson (1995) para o estudo, análise e interpretação de formas simbólicas. Segundo este autor, as formas simbólicas permeiam o mundo social e são produzidas, transmitidas, recebidas e compreendidas por pessoas situadas em contextos sociais e históricos estruturados de um modo específico.

Segundo Thompson (1995), o caráter significativo das formas simbólicas pode ser analisado em função dos seus aspectos constitutivos, e tais são: intencional, convencional, estrutural, referencial e contextual. Pardim (2013, p. 26) afirma que “Os quatro primeiros aspectos se referem ao significado assumido pela forma simbólica, e o quinto aspecto nos direciona para suas características socialmente estruturadas”. Portanto, esses aspectos subsidiam o exame daquilo que envolve a interpretação das formas simbólicas.

A HP apresenta três dimensões analíticas, denominadas como: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/(re)interpretação. Acerca destas, ressalta-se, porém, conforme Andrade (2012), que

A divisão didática [...] é um modo de apresentação dos processos a serem percorridos numa hermenêutica, mas tais momentos não são nem estanques, nem lineares, ou seja, ocorrem concomitantemente, interrelacionando-os e produzindo cada um deles - e a própria interpretação - não como resultado, mas como processo. (ANDRADE, 2012, p. 42).

Thompson (1995) destaca cinco aspectos básicos a serem observados durante a análise sócio-histórica e que são significativos para a compreensão do contexto de produção e disseminação das formas simbólicas. Cada um deles é voltado a um foco específico, mas se constituem de forma entrelaçada. Com efeito, fazer uma análise sócio-histórica implica esforçar-se para compreender as situações espaço-temporais, os campos

de interação, as instituições sociais, a própria estrutura social e os meios técnicos de construção e transmissão da “mensagem” que a forma simbólica “quer transmitir”.

A análise formal ou discursiva constitui mais um momento de interpretação. Esse momento de análise, segundo Andrade (2012), possui como foco central o “objeto de estudo” em si, “[...] esse é o momento de olhar para as estruturas da forma simbólica, de olhar como essa estrutura ‘funciona’ de modo a constituir o objeto mais amplo, além de investigar as relações entre os elementos dessa estrutura” (ANDRADE, 2012, p. 37). Vale ressaltar que, durante o desenvolvimento deste momento analítico, também recorreremos aos Paratextos Editoriais apresentados por Genette (2009), como um instrumento para analisar os elementos internos do Manual, em sua materialidade, como formato, capa, título, subtítulos, data da obra, nomes dos autores, apresentação, títulos dos capítulos, notas, etc.

A interpretação/(re)interpretação constitui um momento de explicitação sistemática de uma compreensão plausível da forma simbólica em estudo. Tal compreensão é gerada pela atribuição de significados, concebida a partir de todo um movimento de processo interpretativo contínuo no qual todos os momentos da análise são envolvidos.

## **UM ESBOÇO DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE PRODUÇÃO DO MANUAL**

Pouco tempo após a “criação” do Ministério da Educação e Cultura - MEC, a CADES foi instituída, a partir do Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953 (BRASIL, 1953), e o seu regimento foi aprovado no ano seguinte (BRASIL, 1954). Essa Campanha foi idealizada por Armando Hildebrand<sup>441</sup> que, naquele momento, gerenciava a Diretoria do Ensino Secundário - DES, órgão vinculado ao MEC. Vale ressaltar que, a CADES foi instituída durante o segundo governo presidencial de Getúlio Vargas, sendo que esse período ficou conhecido pelo impulso nacionalista ao desenvolvimento urbano-industrial da sociedade brasileira.

---

<sup>441</sup> Armando Hildebrand (1907-1994) foi uma figura de relevo na política educacional brasileira. Fundou e dirigiu a Fundação do Ensino Secundário (1954), hoje Fundação Brasileira de Educação - FUBRAE. Segundo Baraldi e Gaertner (2013), Hildebrand teve sua formação pedagógica influenciada pelas ideias de Anísio Teixeira e Lourenço Filho, que foram os principais precursores, no Brasil, do movimento conhecido como Escola Nova. Hildebrand permaneceu como diretor do Ensino Secundário até 1956.

No contexto do crescente incentivo à industrialização nacional, foi intensificada a exigência de uma demanda de força de trabalho minimamente diplomada. Com isso, explicitaram-se para o Governo Federal a limitação da educação Secundária em relação à sua extensão. Diante disso, houve uma expansão enorme, tanto de estabelecimentos de Ensino Secundário, quanto de matrículas no mesmo, conforme apresenta a Revista “Escola Secundária” que, em 1932, havia, no país, 342 estabelecimentos de Ensino Secundário, com 65.000 alunos. Já em 1954, primeiro de ano atuação da CADES, registrava-se 1.771 estabelecimentos, com 536.000 alunos matriculados, e no próprio ano de 1957, o índice desse crescimento de matrículas foi superior a 500%. (REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA, 1957).

Contudo, não houve o correspondente quantitativo e, principalmente, a mesma preocupação quanto à qualificação de professores para atenderem à nova demanda, o que provocou a escassez de professores habilitados (que deveriam ser formados nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, também em número bastante reduzido), e, conseqüentemente, possibilitou que professores sem formação específica para exercerem o magistério fossem “recrutados” para lecionar no Ensino Secundário.

Nesse contexto educacional, a CADES inicia suas ações, com abrangência em todo o país, tendo como foco o aperfeiçoamento do pessoal envolvido com o Ensino Secundário, principalmente os professores. Assim sendo, Pinto (2003) destaca que a DES, e mais especificamente a CADES, concentrou a sua preocupação no problema da improvisação de professores, ou seja, na falta de formação específica dos docentes atuantes no Ensino Secundário.

Sendo assim, essa Campanha teve como principais frentes de atuação: a oferta de Cursos de Orientação para os candidatos inscritos no Exame Suficiência<sup>442</sup> e a produção de materiais relacionados às diversas disciplinas do Ensino Secundário, sendo que, segundo (PINTO, 2003, p. 757), “[...] os cursos de orientação de professores, [...] transformaram-se, então, no carro-chefe das atividades desenvolvidas pela CADES”.

---

<sup>442</sup> Diante da crescente expansão do Ensino Secundário, principalmente em direção às regiões afastadas dos centros urbanos do país, e do quadro de escassez de professores com formação nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras para atender a essa demanda, fez-se necessário o Ministério da Educação e Saúde - MES, adotar, de forma emergencial, uma medida para tentar suprir a defasagem de professores. Assim, em 1946, foi instituído o Exame de Suficiência (BRASIL, 1946), para “recrutar” professores para atuarem no Ensino Secundário. Contudo, devido ao alto índice de reprovação no mesmo, em 1955, é criada uma lei (BRASIL, 1955) que condicionava a submissão ao referido Exame, à participação do candidato nos Cursos de Orientação da CADES.

Acerca desses cursos, Baraldi e Gaertner (2013) afirmam que

[...] eram elaborados a fim de suprir as deficiências dos professores, até então leigos, referentes aos aspectos pedagógicos e aos conteúdos específicos das disciplinas que iriam lecionar ou que já lecionavam nas escolas secundárias [...] (BARALDI; GAERTNER, 2013, p. 21).

A partir de 1956, ocorre ampliação das ações da CADES, tendo em vista a difusão e abrangência do Ensino Secundário em todas as regiões do país, conforme dados apresentados por Gomes (1958) que, em 1957, havia 2.270 estabelecimentos de Ensino Secundário sob fiscalização da DES no país, com 668.845 alunos matriculados.

Oliveira (2009) afirma que a partir desse momento a CADES começou a “conhecer o Brasil”. Essa autora ainda destaca a importância dada pelo Governo Federal ao Ensino Secundário. Sobretudo, “[...] as ações concentraram-se na organização de cursos de treinamento de professores, de simpósios e de jornadas para capacitação de técnicos, além de publicação para a formação de professores [...]” (OLIVEIRA, 2009, p. 105).

## **A CADES NA REGIÃO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO UNO**

Os registros encontrados e mobilizados no desenvolvimento da pesquisa de Lopes (2015) indicaram vestígios referentes à implementação de Cursos de Orientação para os candidatos inscritos no Exame de Suficiência para registro de professores do Ensino Secundário, promovidos pela CADES, na região sul do estado de Mato Grosso Uno, nas cidades de Campo Grande<sup>443</sup> (1957, 1958, 1959, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970), Corumbá (1967) e Dourados (1968), algumas das principais cidades situadas nessa região, e que, atualmente, pertencem ao estado de Mato Grosso do Sul. Dentre os anos citados, apenas em 1963 e 1969 não há registro de que houve o referido curso para a disciplina de Matemática.

Lopes (2015) apresenta volume relativamente considerável de dados e informações acerca das atividades da CADES nessa região. Diante de tais dados foi possível observar, ainda que de maneira geral, uma presença significativa da CADES nessa região, desde o final da década de 1950 até o início da década de 1970, atendendo a professores de diversas disciplinas do Ensino Secundário, principalmente, a disciplina de Matemática,

---

<sup>443</sup> A cidade de Campo Grande possuía bastante destaque nessa região e tornou-se a capital do estado de Mato Grosso do Sul, quando da criação deste.

que, segundo os registros, sempre foi contemplada nos Cursos implementados por essa Campanha nessa região. Assim, de alguma maneira, esses professores tiveram suas formações docentes diretamente relacionadas aos referidos Cursos.

Vale destacar que, ao observar correspondências e matérias de Jornais veiculadas, ficaram evidenciadas quais eram as expectativas da população, nessa região, em relação à CADES. Essas expectativas se davam em termos de orientação, assistência, atualização, aperfeiçoamento, renovação didática e metodológica dos professores do Ensino Secundário nos processos pedagógicos modernos, a fim de que isso refletisse na qualidade de ensino e aprimoramento intelectual da juventude local, e do Ensino Secundário como um todo. Assim sendo, ficou evidente uma leitura da CADES como sendo a responsável em proporcionar tal formação a esses professores.

Além de Cursos de Orientação aos candidatos ao Exame de Suficiência e de aperfeiçoamento para os professores que já atuavam no Ensino Secundário, outra ação de destaque da CADES foi a produção, publicação e veiculação de obras relacionadas, entre outras, à formação matemática e didático-pedagógica desses professores.

Considerando-se o Manual analisado e outros materiais (livros, artigos da Revista “Escola Secundária” e da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP) percebeu-se um esforço em disseminar pelo país uma formação que não se restringisse ao específico da disciplina escolhida para lecionar, mas a uma base pedagógica e psicológica (no que diz respeito à adolescência) para se discutir aprendizagem, comportamento, postura docente e métodos de ensino. Desse modo, esses materiais, mais especificamente esse Manual, teve um papel importante no movimento de formação e preparo de professores no Brasil disparado pela CADES.

## **UM MANUAL PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA DO ENSINO SECUNDÁRIO**

Em busca de obras produzidas e/ou publicadas pela CADES, relacionadas à formação matemática e didático-pedagógica de professores de Matemática do Ensino Secundário, encontramos em Baraldí e Gaertner (2013) a identificação de sete obras<sup>444</sup>

---

<sup>444</sup> - “Como ensinar Matemática no Curso Ginásial: manual para orientação do candidato a professor de curso ginásial no interior do país” foi escrita por Cleantho Rodrigues Siqueira, Emilio



referentes ao ensino dessa disciplina. De posse dessas obras, esse autor realizou uma análise panorâmica em cada uma. Desse modo, foi identificado que a maioria dessas obras consistia em monografias vencedoras do Concurso “Dia do Professor”, iniciado em 1956, que segundo Lima (1960, p. 9-10), “[...] estimulou, enormemente, o aparecimento de bibliografia especializada”. Nesse concurso professores produziam e submetiam monografias de trabalhos originais sobre didática especial de diversas disciplinas do Ensino Secundário, e os professores vencedores, entre outros prêmios, tinham seu trabalho publicado pela CADES.

Haja vista que o objetivo da pesquisa de Lopes (2015) foi analisar uma obra que tivesse sido idealizada e produzida pela própria CADES, foi selecionada, para ser desenvolvido um exercício analítico, a obra: “Como ensinar Matemática no Curso Ginásial: manual para orientação do candidato a professor de curso ginásial no interior no país” (SIQUEIRA *et al*, s/d), que, coincidentemente, dentre as apresentadas por Baraldi e Gaertner (2013), referente à disciplina de Matemática, foi a primeira obra, publicada pela CADES, sendo que tal publicação ocorreu entre novembro de 1955 e janeiro de 1956, ou seja, logo nos primeiros anos de implementação dessa Campanha.

---

Mira y Lopez, Ethel Bauzer Medeiros, Imídio Giuseppe Nérci e Roberto José Fontes Pacheco. Contendo 117 páginas, este Manual foi a primeira publicação da CADES referente à disciplina de Matemática.

- “Didática Especial de Matemática” foi escrita por Manoel Jairo Bezerra. Contendo 76 páginas, esta obra é uma monografia que foi publicada pela CADES em decorrência da mesma ter sido uma das vencedoras do I Concurso “Dia do Professor”, ocorrido em 1956.
- “Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DO ENSINO DA MATEMÁTICA”, ocorrido entre os dias 20 e 25 de julho de 1959, na cidade do Rio de Janeiro (DF), sendo organizado pela CADES. Contendo 246 páginas, esta publicação reúne pesquisas, experiências e debates discutidos nesse evento.
- “Apostilas de Didática Especial de Matemática” foi escrita por Ceres Marques de Moraes, Júlio César de Mello e Sousa (Malba Tahan), e Manoel Jairo Bezerra, sendo publicada em 1959. Contendo 220 páginas, esta obra é direcionada a professores do Curso Ginásial do Ensino Secundário.
- “Didática da Matemática” escrita por João Gabriel Chaves, contendo 105 páginas, e “A Didática da Matemática no Ensino Secundário” escrita por Maria Edmée de Andrade Jacques da Silva, contendo 240 páginas, estas obras são monografias que foram publicadas pela CADES, em 1960, em decorrência das mesmas terem vencido o III Concurso “Dia do Professor”, ocorrido em 1959.
- “O Material didático no ensino da Matemática” escrita por Manoel Jairo Bezerra. Contendo 117 páginas, esta obra é uma monografia que foi publicada pela CADES, em 1962, em decorrência de a mesma ter sido uma das vencedoras do V Concurso “Dia do Professor”, ocorrido em 1961.

O Manual analisado compunha uma coleção<sup>445</sup> que teve sua produção orientada (planejada) pelo próprio diretor da DES, à época, Armando Hildebrand, e sob coordenação de Déa Velloso Maurício. Essa obra é estruturada da seguinte forma: Há uma “Apresentação”, escrita por Hildebrand, que tece algumas considerações acerca das iniciativas que o MEC vinha desenvolvendo com o intuito de “assistir o professor”, principalmente àqueles a quem atribui a maior necessidade de assistência: o professor que atua nas regiões afastadas dos grandes centros urbanos do país. Nesse sentido, Hildebrand se refere à coleção de manuais da qual faz parte a obra analisada nessa pesquisa, como parte do “programa de assistência ao professor”.

Em seguida, o Manual é dividido em duas partes. A Parte I, intitulada “Noções de Didática Geral e seus Fundamentos”, contém 78 páginas, compreendendo quatro capítulos que abordam temáticas relacionadas ao Ensino Secundário em geral: “Funções e Objetivos da Escola Secundária”, escrita por Cleantho Rodrigues Siqueira (13 páginas); “Noções de Psicologia dos adolescentes”, escrita por Emilio Mira y Lopez (13 páginas); “Noções de Psicologia da aprendizagem”, escrita por Ethel Bauzer Medeiros (28 páginas), e “Noções de Didática Geral”, escrita por Imídio Giuseppe Nérici (22 páginas). A segunda parte, que ocupa as 33 páginas finais do Manual, sendo identificada como “Didática Especial da Matemática” foi escrita por Roberto José Fontes Pacheco. Essa parte apresenta três subdivisões: “Objetivos da Matemática; Recomendações sobre a Didática da Matemática, e Sugestões sobre dificuldades de alguns pontos do Programa de Matemática”.

Colocamo-nos a estudar e analisar essa obra, pois esse autor acredita que este foi “[...] suporte material de escrita e de leitura e de difusão e circulação de ideias” (SOUZA, 2007, p. 172), no âmbito do Ensino Secundário em um determinado contexto. Além disso, por se tratar de um “manual”, concebemos que, conforme afirma Valdemarin (2007), para o historiador da educação, estes revelam um sistema de orientação de práticas, pois, por meio destes, ocorre uma seleção “natural” acerca do que o professor deve aprender e, conseqüentemente, do que ele deve ensinar, e como fazê-lo. Desse modo, segundo Oliveira (2008, p. 4), “O método proposto por esses manuais é importante para se estudar a história

---

<sup>445</sup> Os outros volumes que integram tal coleção fazem referência às disciplinas de Português, Desenho, Inglês, Francês e Latim. Pela descrição feita por Baraldi e Gaertner (2013), inferimos que esses manuais possuíam a Parte I em comum, e a Parte II era específica de cada disciplina, sendo escrita, em geral, portanto, por um autor diferente. Identificamos que José Sennen Bandeira escreveu a Parte II dos Manuais de Português e Desenho, e Adolphina Portella Bonapace, a Parte II do Manual de Francês (BARALDI; GAERTNER, 2013).

das ideias pedagógicas, específicos em determinados contextos, podendo diferenciar-se em cada momento histórico”.

Além disso, o manual também é produto cultural (MAGALHÃES, 2006), e, assim sendo,

[...] na medida em que simboliza uma construção cultural, estrutura o acto do conhecimento, materializa a relação pedagógica e configura o campo epistémico-pedagógico da cultura escolar, o manual constitui um caso particular da produção bibliográfica e desafia a uma historiografia específica. (MAGALHÃES, 2006, p. 6).

Nessa perspectiva, buscamos analisar os elementos culturais e pedagógicos presentes nesse Manual publicado pela CADES, não necessariamente por conta de seu possível uso, mas por conta de seu significado diante de uma proposta de formação e certificação de professores no país.

## **UM OLHAR SOBRE O MANUAL “COMO ENSINAR MATEMÁTICA NO CURSO GINASIAL”**

Buscamos discutir propostas de formação de professores de Matemática para atuarem no Ensino Secundário, apresentadas na obra “Como ensinar Matemática no Curso Ginasial: manual para orientação do candidato a professor de curso ginasial no interior do país”. Esse Manual foi a primeira obra idealizada e produzida pela CADES, dentre as até então encontradas, referente à disciplina de Matemática.

Com a análise desse Manual esse autor teve como objetivo compreender tais propostas, e, para isso, foi mobilizado o Referencial teórico-metodológico da Hermenêutica de Profundidade - HP, desenvolvido com vistas ao estudo, análise e interpretação de formas simbólicas, que, de um modo geral, constitui qualquer produção humana intencional.

Nesse sentido, Thompson (1995) apresenta três dimensões analíticas que dão sustentação ao exercício por nós realizado. Os movimentos de analisar a forma simbólica selecionada para esse estudo, construindo um cenário que a envolveu e a um entorno sobre sua produção condicionaram o olhar desse autor à estrutura interna da obra. Esses movimentos foram constituídos, inevitavelmente, a cada momento desse processo, por leituras desse pesquisador.

Como o próprio Thompson (1995) estabelece, há três movimentos não lineares, nem sequenciais, mas concomitantes e originaram dois esforços mais explícitos, nesse caso: um direcionando o olhar diretamente ao Manual, tentando aproximar o leitor à sua estrutura (enviesado pelo olhar do pesquisador, e a partir de relações construídas); e outro, que evidencia mais claramente o aspecto sócio-histórico e suas relações com a estrutura interna do Manual. Nesses dois textos analíticos foram envolvidos os três movimentos propostos por Thompson (1995), sendo que em cada texto há maior ênfase em um dos movimentos. No primeiro texto, Lopes (2015) buscou enfatizar a análise sócio-histórica do Manual, porém, os outros dois movimentos analíticos também se fizeram presentes nele. De modo análogo, o segundo texto foi direcionado à estrutura interna do Manual, sendo, portanto, evidenciada a análise formal ou discursiva.

As relações estabelecidas na construção desses textos constituíram o terceiro movimento analítico proposto por Thompson. Foi nele que interno e externo se harmonizaram, se explicaram. Diante disso, em cada um desses textos foi possível ser percebidos aspectos dos três movimentos analíticos propostos por Thompson (1995), visto que estes não ocorreram em separado e cada texto não estava isento das análises que o sustentaram.

A situação vivida pelo sistema educacional, principalmente no que se refere ao Ensino Secundário, era preocupante devido, entre outros aspectos, à qualificação dos professores que atuavam nele, principalmente nas regiões afastadas dos centros urbanos do país.

O perfil de formação desses professores era, predominantemente, de engenheiros, médicos, padres, advogados, autodidatas, e até mesmo de professores leigos. Assim sendo, esse era o cenário de carência e urgência (GARNICA, 2010), no que tange, tanto ao quantitativo de professores, quanto à formação dos mesmos, no qual o Ensino Secundário se encontrava no início da década de 1950, quando da criação da CADES.

Garnica (2010) discute esses signos associando-os como características do mapeamento da formação de professores de Matemática, no Brasil. Havia a carência de professores habilitados em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, para atuarem no magistério do Ensino Secundário. Neste sentido, percebemos que na região sul do estado de Mato Grosso Uno a situação quanto a isso, não era diferente das demais regiões do país.

No que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, à época, havia um discurso muito recorrente entre educadores, acerca da necessidade de implementação dos ideais

difundidos pelos movimentos da “Escola Nova”, iniciado aqui no Brasil, por volta da década de 1920, tendo como principais precursores Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Estes educadores, por sua vez, influenciaram a formação pedagógica de Armando Hildebrand, diretor da DES entre 1953 e 1956, ao qual é atribuída a idealização de criação da CADES, que teve como propósito norteador de atuação subsidiar a formação de professores do Ensino Secundário.

No que se refere às publicações relacionadas à disciplina de Matemática, uma vez que esse Manual foi idealizado pela CADES, concebemos que o mesmo expressa discussões educacionais privilegiadas por essa Campanha e disseminadas em um contexto mais amplo no país e no exterior (como apontam algumas de suas referências). Essa expressão ocorre, em termos de propostas - já que não foram encontrados registros da efetiva mobilização desse Manual na região sul do estado de Mato Grosso Uno, especificamente. Assim sendo, esse autor vê este Manual como um instrumento por meio do qual a CADES materializa suas propostas e concepções acerca da formação de professores no contexto do Ensino Secundário à época.

Diante disso, ao analisar esse Manual, o autor percebeu a preocupação em torno dos conhecimentos e práticas que os professores deveriam<sup>446</sup> ter para que suas atuações no processo de ensino e aprendizagem tivessem êxito e, portanto, os objetivos do Ensino Secundário fossem alcançados, sendo que, estes, estabelecidos pela “Lei Orgânica do Ensino Secundário”, em 1942, estavam pautados primordialmente em formar a personalidade do adolescente. Nesse sentido, o Manual analisado apresenta ênfase demasiada em aspectos relacionados à Psicologia, tanto do adolescente, quanto da aprendizagem, dedicando um capítulo exclusivamente, para discussão acerca de cada uma dessas temáticas.

Desse modo, esse autor compreende que a CADES propunha, por meio da produção desse Manual, que os professores que fossem atuar no Ensino Secundário tivessem alguma formação acerca dessas temáticas, possibilitando, assim, que estes desempenhassem suas práticas docentes de forma a atender às expectativas educacionais quanto ao processo de ensino e aprendizagem dos adolescentes à época.

---

<sup>446</sup> Pelo Manual analisado perpassa uma perspectiva prescritiva, mais suavizada em alguns textos, em que são indicadas ações de um “bom professor”, e mais forte em outros, como exemplo o uso do Quadro-negro.

No que tange aos conhecimentos didático-pedagógicos, esse Manual apresenta discussões acerca de elementos relativamente básicos como os Planos de Curso e de Aula, e seus respectivos componentes, até a diversidade de métodos didáticos que o professor dispunha para mobilizar em sua prática pedagógica.

Consideramos que, por meio da publicação desse Manual, em específico, e da coleção à qual este integra, a CADES tinha como principal objetivo - explicitado nas palavras de Armando Hildebrand - prestar assistência quanto à formação didático-pedagógica do professor que mais necessitava, qual seja o que exercia o magistério do Ensino Secundário nas regiões afastadas dos grandes centros urbanos do país. A assistência “presente” nesse Manual, pelo o que foi possível identificar por esse autor, se dava em termos de apresentar e discutir conteúdos e/ou conhecimentos relacionados à prática docente no Ensino Secundário, e, mais especificamente, ao ensino da disciplina de Matemática no Curso Ginásial, que o compunha.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. **História: a arte de inventar o passado - Ensaios de teoria da História.** 1ª ed. Bauru: EDUSC, 2007. 254p.

ANDRADE, M. M. **Ensaio sobre o ensino em geral e o de matemática em particular, de Lacroix:** análise de uma forma simbólica à luz do referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade. 2012. 281f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

BARALDI, I. M.; GAERTNER, R. **Textos e contextos:** um esboço da CADES na história da educação (matemática). Blumenau: Edifurb, 2013. 183p.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. **Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953.** Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Rio de Janeiro: Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil. Ano XCII, nº 267, 1953.

BRASIL. Atos do Governo. **Decreto-lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946.** Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil. Ano LXXXV, nº 20, 1946.

BRASIL. Atos do Poder Legislativo. **Lei nº 2.430, de 19 de fevereiro de 1955**. Dispõe sobre a realização dos exames de suficiência ao exercício do magistério nos cursos secundários. Rio de Janeiro: Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil. Ano XCIV, nº 56, 1955.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria Ministerial nº 170, de 26 de março de 1954**. Rio de Janeiro: Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil. Ano XCIII, nº 74, 1954.

GARNICA, A. V. M. Presentificando ausências: a formação e a atuação dos professores de Matemática. *In*: CUNHA, A. M. de O. (org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 555-569.

GARNICA, A. V. M.; SOUZA, L. A. de. **Elementos de História da Educação Matemática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 384p.

GENETTE, G. **Paratextos Editoriais**. Cotia: Ateliê Editorial. 2009. 372p.

GOMES, T. T. Nossa rede escolar secundária. **Revista Escola Secundária**, Rio de Janeiro, n. 6, Set. 1958. p. 117-120.

LIMA, L. de O. Uma nova forma de atuação regional do Ministério da Educação. **Revista Escola Secundária**, Rio de Janeiro, n. 13, Jun. 1960. p. 5-11.

LOPES, M. H. S. **“Como ensinar Matemática no Curso Ginásial”**: um manual da CADES e suas propostas para a formação de professores de Matemática. 2015. 262f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Matemática (INMA). Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

MAGALHÃES, J. O Manual Escolar no Quadro da História Cultural - para uma historiografia do manual escolar em Portugal. **Sísifo - Revista de ciências da educação**, 1, 2006, p. 5-14. Disponível em: <<http://www.sisifo.fpce.ul.pt>>. Acesso em: 10. ago. 2014.

OLIVEIRA, S. S. de. **A história da disciplina escolar francês no Colégio Estadual Campo-grandense (1942-1962)**. 2009. 252f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

OLIVEIRA, S. S. de. O Manual de Didática de Francês da CADES: uma análise para o estudo de disciplina escolar. *In*: Congresso Brasileiro de História da Educação, V., 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju: SBHE/UFSE/Unit, 2008.

PARDIM, C. S. **Orientações Pedagógicas nas Escolas Normais de Campo Grande**: um olhar sobre o manual metodologia do ensino primário, de Theobaldo Miranda Santos. 2013. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Centro de Ciências Exatas e da Terra (CCET). Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

PINTO, D. C. CADES e sua presença em Minas Gerais. CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, II., 2003, Uberlândia, **Anais...**, 2003. p. 752-762.

REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA. **A nossa revista**. Rio de Janeiro, n. 1, Jun. 1957, p. 5-7.

SIQUEIRA, C. R.; LOPEZ, E. M. y; MEDEIROS, E. B.; NÉRICI, I. G.; PACHECO, R. J. F. **Como ensinar Matemática no Curso Ginásial**: manual para orientação do candidato a professor de curso ginásial no interior do país. São Paulo: Cruzeiro do Sul, s/d. 117p.

SOUZA, R. F. de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. *In*: BENCOSTA, M. L. A. (org). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995. 423p.

VALDEMARIN, V. T. Interfaces de pesquisa sobre manuais didáticos. *In*: BENCOSTA, M. L. A. (org). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 301-321.